

## **País poderá ter de mudar lei sobre pneus**

**Governo considera "satisfatório" resultado de ação que UE moveu na OMC sobre proibição de importação de produto usado**

**Segundo Itamaraty, não há nada no relatório do órgão de comércio que indique que o Brasil terá que voltar a importar pneus**

**CLÁUDIA DIANNI**

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O Brasil poderá continuar a proibir a importação de pneus usados, mas terá que fazer ajustes na sua legislação. Essa foi a conclusão, segundo a Folha apurou, a que chegou ontem a OMC (Organização Mundial do Comércio) sobre a ação que a União Européia moveu em julho de 2005 contra a proibição, por entendê-la como protecionismo comercial, enquanto o Brasil alega motivações ambientais e de saúde pública.

Apesar da proibição, em 2006 os europeus conseguiram exportar 7,5 milhões de pneus para o Brasil via liminares.

O relatório preliminar foi divulgado às partes interessadas ontem, mas ainda é sigiloso e só se tornará público em 21 de maio, quando será divulgado

o texto final.

Isso porque ainda há chances de que, tanto o Brasil quanto a UE, forneçam informações que, em tese, podem mudar a decisão dos juízes, embora isso nunca tenha ocorrido na história da OMC. Tradicionalmente, o resultado do relatório final acompanha o preliminar.

O Ministério das Relações Exteriores considerou o resultado "satisfatório". Segundo o subsecretário de Assuntos Econômicos do Itamaraty, ministro Roberto Azevedo, "em grande parte o texto é favorável aos argumentos brasileiros".

"Apesar disso, a conclusão, se mantida, pode demandar mais ações do Brasil no âmbito nacional", disse. Segundo ele, o resultado é importante porque cria uma jurisprudência sobre o assunto na OMC.

"No meu entendimento, não há nada no relatório que indique que o Brasil terá que importar ou voltar a importar pneus". Ele disse, porém, que é prematuro dizer que será necessário fazer mudanças.

Segundo o especialista, o governo também não sabe se vai recorrer sobre as partes do relatório que não são favoráveis, pois ainda estudará as implicações de seguir com o processo.

Desde 1991, um conjunto de resoluções e portarias de vários ministérios proíbe a importação de pneus usados. Segundo o Ministério do Meio Ambiente, a destruição térmica dos pneus libera substâncias altamente tóxicas.

Mas em 2003 o Uruguai ganhou o direito de continuar exportando pneus recauchutados para o Brasil ao

mover ação no Tribunal de Solução de Controvérsias do Mercosul. Naquela ação, os diplomatas brasileiros utilizaram argumento comercial. Disseram que a proibição precedia o Mercosul, mas foram derrotados. A Argentina, para se proteger contra as exportações de pneus do Uruguai, alegou motivos ambientais e também perdeu.

A discriminação a favor do Uruguai faz parte do relatório, de forma contrária ao Brasil. "Estamos lidando com uma questão de ordem de grandeza. Enquanto o Brasil importa 60 mil unidades por ano do Uruguai, por causa de uma legislação interna a UE tem que se livrar de 80 milhões de pneus por ano", disse a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.

Segundo diplomatas, o Brasil acertou ao usar o artigo 20 do Gatt (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) da OMC, que se refere a questões ambientais e saúde humana.

### **Indústria**

A abertura do mercado seria uma derrota para o país, segundo Vilien Soares, da Anip (Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos). Na sua avaliação, perde o setor de pneus novos e o de reformados.

"A cada pneu remoldado que entra, um pneu novo ou reformado nacional deixa de ser produzido aqui."